



Câmara Municipal de Cordeirópolis

Edifício "Dr. Cássio de Freitas Levy"

Ata da audiência pública referente ao Projeto de Lei nº 53/2017, que estima a receita e fixa a despesa do Município de Cordeirópolis para o exercício de 2018, conforme específica, realizada em 1º de novembro de 2017.

No primeiro dia do mês de novembro de dois mil e dezessete, a partir das foi realizada audiência pública sobre o Orçamento do Município de Cordeirópolis para 2018, conforme convites publicados no "Jornal Oficial do Município" nos dias 13, 18, 20, 25 e 27 de outubro. Estiveram presentes as pessoas indicadas na lista de presença. Abrindo a audiência, o Vice-Presidente do Legislativo agradeceu aos vereadores Geraldo Botion e Cássia de Moraes, além do representante da Prefeitura, Renato Marcelo Mascarin, para a explicação do projeto. Inicialmente, o representante agradeceu a presença de todos os interessados em conhecer a proposta orçamentária de 2018, dizendo que os vereadores irão em seguida discutir e apresentar emendas para sua melhoria. Disse que os valores foram atualizados, de acordo com o projeto de lei enviado; que foram feitos quadros específicos sobre as emendas impositivas, para conhecimento dos vereadores. Do lado da receita, foi exposta a arrecadação do município nos últimos dois anos, sendo que foi de R\$ 109 milhões em 2015 e R\$ 117 milhões em 2016, um aumento considerável, de aproximadamente 6,58%; que, considerando a deflação do período, de 9,54%, o orçamento não cresceu de acordo com a inflação, e não houve crescimento na arrecadação, mas se manteve em equilíbrio, em comparação com outras esferas de governo; que foi feita previsão para 2017 pensando que a receita iria crescer como foi de 2015 a 2016; que a proposta do ano passado previa um orçamento de R\$ 123 milhões, mas durante o ano a receita não cresceu, sendo feita uma nova estimativa; que a previsão inicial foi reestimada para R\$ 117 milhões, o mesmo valor arrecadado em 2016 e que do ano passado pra este, haverá o mesmo valor na arrecadação. Falou que para a reestimativa da previsão foram utilizados dados do Relatório Focus do Banco Central, onde o PIB não está crescendo, com 0,5% de estimativa e o IPCA está previsto em aproximadamente 4,5%, aplicando de 5% a 5,5% de evolução de receita para 2018, o que dá R\$ 124 milhões, que é a proposta de receita de impostos, taxas e dívida ativa; que se prevê um aumento de R\$ 6 milhões em relação ao ano passado, com uma inflação de até 6% no mês de dezembro. Falou sobre o cálculo dos valores das emendas impositivas, onde se utilizou a Receita Corrente Líquida, que se refere a todos os impostos recebidos menos a destinação ao Fundeb; que foi feita uma emenda constitucional permitindo aos legisladores de todas as esferas a aplicação de 1,2% do orçamento nas emendas obrigatórias; disse que antes havia a possibilidade de emendas partidárias e individuais, cuja execução ficavam a critério do governante, desperdiçando o esforço e a pesquisa sobre projetos que poderiam beneficiar a sociedade; a partir de agora, o valor de 1,2% do orçamento ficou definido para as emendas parlamentares; do orçamento, R\$ 1,41 milhão ficará à disposição dos vereadores, divididas por nove, dão R\$ 156.746,00 por vereador; deste valor, 50% deve ser aplicado na saúde; seria no total R\$ 705 mil para esta área e o restante para qualquer outra ação, seja para as entidades que atendem ao município, investimentos, construção de praças ou qualquer coisa que os vereadores achem que é em benefício da comunidade; foram divididos os valores para os vereadores, sendo que cada um vai ter R\$ 78 mil para uma emenda



Câmara Municipal de Cordeirópolis

Edifício "Dr. Cássio de Freitas Levy"

impositiva para a Saúde e R\$ 78 mil para outras ações, um valor razoável; que foram colocados R\$ 1,5 milhão na Reserva de Contingência para que estas emendas sejam executadas sem que se retirem recursos, por exemplo, da Cultura ou da Educação; que, com isso, irá sobrar nela R\$ 80 mil para que a legislação seja cumprida; ressaltou que não é constitucional a retirada destes recursos e que serão mantidos estes valores para que a dotação não seja zerada. Sandra dos Santos perguntou se as entidades precisam elaborar algum projeto para recebimento destes recursos, sendo respondido que é necessário realizar um projeto e cadastramento, e pelo Marco Regulatório as entidades devem estar adequadas legalmente, o que não é diferente do que existe hoje; que até a semana que vem disse que irá esclarecer as entidades para sua adaptação ao marco regulatório e que os vereadores podem fazer emendas para as entidades, que serão ajustadas junto a elas para que possam receber os recursos, evitando que apareça nenhum "aventureiro" querendo se aproveitar, pois o Marco Regulatório permitiu a contratação de entidades de outras cidades para prestar serviços em Cordeirópolis e alguma coisa vai ser feita para que as entidades da cidade tenham prioridade. Geraldo Boton perguntou se as entidades beneficiadas deverão realizar prestação de contas, sendo respondido que há uma comissão de avaliação na Prefeitura que acompanha a execução das subvenções; que na semana que vem será discutido o Manual do Tribunal de Contas, instruindo os vereadores durante uma tarde ou manhã para esclarecimento. Por uma cidadã foi perguntado se a verba tem destinação certa ou pode ser utilizada a critério da entidade, sendo respondido por Mascarin que o uso é livre, mas de acordo com o projeto apresentado ao Executivo, como por exemplo, para pagamento de pessoal, suprimentos ou combustíveis, sendo vedado o uso para construção; que o marco regulatório prevê orientações específicas neste caso, mas não haverá preparação para isto, possivelmente durante o ano de 2019, referente para a construção ou compra de terreno; confirmou comentário da vereadora Cássia de Moraes, dizendo que é semelhante a emenda parlamentar; que os vereadores se reunirão na próxima segunda, junto com as entidades interessadas, que estão regulamentadas para recebimento de verbas. Mascarin disse que as entidades entrarão no valor de R\$ 78 mil para cada vereador, sobrando um valor igual para ações da saúde, dizendo aos vereadores que além do investimento normal da Prefeitura, o município está recebendo muitas verbas parlamentares para custeio; lembrou que neste ano foram recebidos R\$ 400 mil de verba para medicamento e material de consumo; disse que não é indicado fazer emenda impositiva para estas categorias, pois os recursos já estão destinados e são suficientes; sugeriu que as emendas, em bloco, por um acordo entre os vereadores, sejam utilizadas em um investimento diferenciado na área da saúde. Geraldo Boton disse que sua preocupação é o atendimento a portadores de câncer de mama e de próstata, perguntando que existem verbas para isso, o recurso é suficiente e pela demanda atual não há fila nesta área. Mascarin disse que a emenda impositiva não pode ser vetada, mas pode ocorrer algumas ressalvas; exemplificando, disse que caso um vereador indique que seus R\$ 78 mil sejam orientados à construção de uma unidade básica de saúde, a proposta será analisada pela Secretaria de Finanças e Orçamento; disse que com estes valores, a construção não passará do alicerce, respondendo ao vereador que o valor é insuficiente para a obra desejada, sendo que a decisão sobre a utilização caberá ao Legislativo todo, com uma proposta de que os nove



Câmara Municipal de Cordeirópolis

Edifício "Dr. Cássio de Freitas Levy"

vereadores deverão decidir onde serão usados os valores, e, em caso negativo, em 120 dias o Executivo ficará liberado; disse que conversou com alguns vereadores, orientando que seja feito um orçamento daquilo que será proposto para que ela seja executada; com relação a entidades, por exemplo, um valor como R\$ 20 a 30 mil reais será encaminhado à entidade beneficiada, sem a necessidade de análise técnica. Anderson Hespanhol disse que no orçamento deste ano foi tirado R\$ 1 milhão da Saúde em relação ao ano passado, sendo que os R\$ 705 mil retornará desta forma como reposição; perguntou que o valor de R\$ 1,410 milhão, que foi colocado na Reserva de Contingência, não prejudicará o valor que é obrigatório por lei; em resposta, Mascarin disse que já tinha explicado o mecanismo antes do vereador chegar à audiência, pois se todo o valor fosse retirado, isto seria inconstitucional, e para evitar isso, vai ser deixado R\$ 80 mil para compor a Reserva de Contingência. Perguntou se o vereador pode distribuir os recursos dentro do orçamento do município para as secretarias, que se encarregam, dentro de suas competências, de distribuir às entidades beneficiadas, ou o vereador pode criar uma rubrica orçamentária específica para destinação de recursos a estas entidades, sendo respondido que o assunto já foi discutido mais cedo, respondendo à vereadora Sandra Santos, sobre a necessidade de credenciamento da entidade, de acordo com o Marco Regulatório, para o recebimento efetivo dos recursos, com apresentação de um projeto, confirmado a possibilidade de criação de uma rubrica própria. Mascarin disse que até o ano passado, as entidades receberiam recursos de acordo com a legislação de subvenções, mas o Marco Regulatório definiu a partir deste ano novas formas de relacionamento com as entidades, sem a participação do Legislativo. Cássia de Moraes disse que cada vereador tem sua entidade, mas quer distribuir para outras e se o montante destinado por todos os vereadores seria a soma das atribuições de cada vereador, e se seria feito um projeto em conjunto; disse que o valor destinado terá que ser gasto integralmente, e se houver sobra, haverá análise da comissão para os próximos anos. Foi perguntado quem fará a análise destes projetos, sendo respondido por Mascarin que a comissão de avaliação do Executivo, juntamente com os secretários envolvidos, irão analisar o projeto, de acordo com o credenciamento baseado no Marco Regulatório; disse que o projeto das entidades é muito bonito, mas precisa ser adequado. Foi complementado que não se sabe qual é a qualificação das pessoas que irão realizar a análise, preocupando-se com a falta de conhecimento sobre o funcionamento e atendimento de cada entidade, correndo o risco da mesma ser prejudicado. Foi respondido que os membros da comissão não são técnicos, mas têm conhecimento das atividades que as entidades realizam; pediu para que fiquem tranquilos pois é um dos membros da mesma; falou que é necessário adequação das ações desenvolvidas, tanto pelo lado social como da saúde, vendo os esforços realizados pelas entidades. Disse que as emendas devem ser bem-feitas para evitar ressalvas na Prefeitura e em relação à saúde, aguarda a decisão se as emendas serão individuais ou em conjunto. Rinaldo de Lima perguntou se um valor da emenda pode ser aplicado no bairro do vereador, sobrando outro, e que o resto pode ser doado para as seis entidades regulamentadas ou somente uma, sendo respondido por Mascarin que a divisão é permitida dentro do valor, sem ultrapassar o limite. Disse que alguns vereadores já fizeram levantamento dos custos e que outras ideias podem ser apresentadas através de emendas individuais, em atendimento a membros de comunidade que pedem melhorias.



Câmara Municipal de Cordeirópolis

Edifício "Dr. Cássio de Freitas Levy"

para o bairro; que se a ideia for interessante, o Executivo tomará providências para sua execução. Respondendo ao vereador Anderson, Mascarin disse que as emendas impositivas podem ser retiradas de outros órgãos, como a Cultura, mesmo que a Reserva de Contingência possa ser utilizada sem problemas nesta configuração para a execução das emendas. Anderson Hespanhol sugeriu diminuição do orçamento da própria Câmara para aumentar os recursos que podem ser revertidos às entidades, como outras que não estão representadas no momento. Disse que o orçamento da Saúde e do Meio Ambiente estão bastante enxutos, e que irá conversar para a destinação de verbas originais do Legislativo para auxiliar outras entidades, "fazendo o correto". Mascarin disse que o vereador tem liberdade para mexer no orçamento todo, mas fora da reserva irá dificultar a execução; lembrou que o orçamento está enxuto devido à redução da receita, conforme indicado no início da audiência, e as retiradas devem ser estudadas pela Secretaria de Finanças e Orçamento. Rinaldo de Lima perguntou quais os motivos que podem ser retirados os valores além das emendas impositivas, orientando que pode ser feita emenda individual, retirada de outra ação, como a Cultura, que era sempre mexida, como também a Câmara, a Cultura, a Educação ou a Saúde, orientando que um investimento no bairro poder ser com a redução de recursos de outras fontes; lembrou que a emenda que não for impositiva e de acordo com a Secretaria, ela pode ser vetada pelo Prefeito. Perguntou quando será votado o orçamento, dizendo que existe um tempo para que o assunto seja discutido, respondendo que existe um prazo regimental para apresentação de emendas. Retomou a exposição, dizendo que está prevista para 2018 uma receita de R\$ 153 milhões, prevendo o recebimento de R\$ 11 milhões dos governos estadual e federal, referente à construção da nova ETA e da barragem da Santa Marina, utilizando-se também de operações de crédito junto à Caixa Econômica Federal para solução do problema do abastecimento de água no Município. Ressaltou que os recursos não estão garantidos, mas é necessário que as rubricas estejam reservadas, bem como a aprovação de um projeto autorizando este financiamento. Ressaltou que o SAAE está com orçamento previsto de R\$ 9,5 milhões devido às obras que pretende realizar, a Câmara está com R\$ 4,5 milhões, num valor total de R\$ 153 milhões; destacou que dos recursos das secretarias está prevista a utilização de 55% para despesas com pessoal, sendo que o restante é reservado para materiais e pagamento de contratos; citou que os investimentos em Saúde estão previstos em 18%, superior ao limite constitucional de 15%, bem como a Educação, que está estimada em 25,99%, superior ao limite de 25%; que para pessoal estão previstos aproximadamente R\$ 68 milhões, ou seja, 59% do orçamento; que este percentual precisa baixar, caso contrário as contas do Executivo não serão aprovadas no Tribunal; para outras despesas estão previstos R\$ 47 milhões, além da Reserva de Contingência, e para investimentos, R\$ 35 milhões e que no último levantamento, as despesas com pessoal atingiram 54,3%. Citou as previsões de investimentos para o ano de 2018, dentre elas: emissário de esgoto no Jardim Cordeiro, recapeamento de ruas, construção de creche, a nova ETA, ampliação das escolas municipais, programa "Internet na Praça", reforma de escolas, do hospital e no Centro Esportivo do Jardim Cordeiro, implantação de Distrito Industrial e criação de lotes urbanizados. Falou que já existem recursos do governo federal para reforma do Centro Esportivo do Jardim Eldorado, lembrando que estão reservados valores de R\$ 11 milhões para a construção



Câmara Municipal de Cordeirópolis

Edifício "Dr. Cássio de Freitas Levy"

da Represa de Santa Marina, mas que dependem de aprovação de financiamento junto à Caixa Econômica Federal; disse que caso se consigam de outras fontes, como o governo federal, não haverá necessidade de buscar estes recursos junto ao Banco do Brasil. Colocou-se à disposição para esclarecimento de dúvidas, respondendo ao vereador Antonio Marcos que existem recursos no orçamento para reforma dos centros esportivos, no valor de R\$ 600 mil, que podem ser destinados para os ginásios de esportes do Centro e do Eldorado. Cássia de Moraes disse que os vereadores irão se reunir com as entidades para entrarem em acordo sobre as emendas. Mascarin afirmou que irá mandar modelos à Diretoria Geral e aos vereadores, reafirmando estar à disposição para orientação. Em seguida, o Vice-Presidente do Legislativo agradeceu ao Secretário de Finanças e Orçamento e a todos os presentes, encerrando em seguida a audiência.

Rinaldo de Lima

Vice-Presidente

Antonio Marcos da Silva

Vereador

Anderson Antonio Hespanhol

Vereador

Cássia de Moraes

Vereadora

José Geraldo Botion

Vereador

Sandra Cristina dos Santos

Vereadora